

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.782, DE 2008

Institui o Programa Federal de Combate e Prevenção à Osteoporose e dá outras providências.

Autor: Deputado Walter Brito Neto

Relator: Deputado André Zacharow

VOTO EM SEPARADO DA DEPUTADA JÔ MORAES

I – RELATÓRIO

O PL 2.782/2008 visa a criar o Programa Federal de Combate e Prevenção à Osteoporose, consistindo de duas medidas: a primeira, adicionar suplemento à base de cálcio orgânico à merenda escolar da rede pública de ensino fundamental; a segunda, distribuir suplemento vitamínico mineral à base de cálcio orgânico nos postos de saúde. O projeto prevê a criação de convênios do Ministério da Saúde com os municípios para a consecução dos objetivos, além da regulamentação da lei pelo Ministério da Saúde, entrando em vigor na data da publicação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões e em regime de tramitação ordinária. Não houve apresentação de emendas no prazo regimental. Foi designado relator nesta Comissão o ilustre Deputado André Zacharow, que apresentou em 24/11/2009 parecer pela aprovação.

II – VOTO

A osteoporose é reconhecida mundialmente como problema de saúde pública, principalmente no grupo populacional das mulheres após a menopausa. Como todo problema de saúde pública, deve ser avaliado e analisado de acordo com o conhecimento científico corrente e combatido com os melhores recursos disponíveis.

Em 2002, reuniram-se representantes da Sociedade Brasileira de Reumatologia, da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, da Sociedade Brasileira do Climatério, da Sociedade Brasileira de Osteoporose, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, da Sociedade Brasileira de Densitometria Clínica, da Sociedade Brasileira de Geriatria e da Sociedade Brasileira do Estudo do Metabolismo Ósseo e Mineral para elaborar o Consenso Brasileiro de Osteoporose. O Consenso, que representa um esforço de uniformizar e balizar o diagnóstico, tratamento e prevenção da osteoporose no Brasil, em nenhum momento propõe ministrar suplementação de cálcio para crianças em idade escolar. A medida, aliás, não seria isenta de risco, sendo, por exemplo, um fator predisponente e agravante da urolitíase, formação de cálculos no trato urinário.

Além disso, o projeto de lei foi analisado pela Área Técnica de Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, que informou não existir evidência técnico-científica que justifique a adição de cálcio à merenda escolar. Quanto à outra medida proposta no projeto, a distribuição de suplementos de cálcio nos postos de saúde, já faz parte da política do Ministério da Saúde, juntamente com outras diversas medidas, desde a edição da Portaria nº. 470, de 24 de julho 2002, do Ministério da Saúde, que estabeleceu Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o tratamento da osteoporose.

Inexistem, portanto, apesar das louváveis intenções do autor do projeto, necessidade e razão para aprová-lo e torná-lo lei.

Não se pode ignorar, adicionalmente, que tal espécie de lei não criaria obrigação real. Não é facultado ao Poder Legislativo impor à Administração Pública ações de gestão.

Desta forma, apresentamos voto em separado pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.782, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputada JÔ MORAES